

Diário do Legislativo de 08/05/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO PROGRESSISTA (PMDB/PPS/PSD):

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líderes: José Henrique e Márcio Cunha

2) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Agostinho Silveira

Vice-Líder: Anderson Aauto

3) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Antônio Carlos Andrada

Vice-Líder: Kemil Kumaira

4) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Arlen Santiago

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Costa

Vice-Líder: Alberto Bejani

6) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Jr

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

7) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

8) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Durval Ângelo

Vice-Líder: Edson Rezende

9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Miguel Martini

Vice-Líder: Elaine Matozinhos

10) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Antônio Andrade (PMDB)

Vice-Líderes: João Pinto Ribeiro (PTB), Gil Pereira (PPB) e Bené Guedes (PDT)

11) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Luiz Tadeu Leite (PMDB)

12) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Ermano Batista (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Eduardo PL Presidente
Brandão

Deputado Hely PSDB Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado Cristiano PTB
Canêdo

Deputado Antônio BPDP
Andrade

Deputado Sargento PDT
Rodrigues

Deputado Rogério PT
Correia

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho PL
Silveira

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Luiz Tadeu BPDP
Leite

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marco PL Presidente
Régis

Deputado Ailton PTB Vice-Presidente
Vilela

Deputado Alberto PFL
Bejani

Deputado João Leite PSB

Deputado Pinduca PPB
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George PL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Miguel Martini PSB

Deputado Glycon Terra PPB
Pinto

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Geraldo BPDP Presidente
Rezende

Deputado Agostinho PL Vice-Presidente
Silveira

Deputado Ermano PSDB
Batista

Deputado Eduardo PFL
Hermeto

Deputado Aílton PTB
Vilela

Deputado Sávio BPDP
Souza Cruz

Deputado Durval PT
Ângelo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Tadeu BPDP
Leite

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Sebastião PFL

Costa

Deputado Fábio Avelar PTB

Deputado Márcio BDPD
Kangussu

Deputado Edson Rezende PT

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria PT Presidente
José Haueisen

Deputado João PL Vice-Presidente
Paulo

Deputado Doutor BDPD
Viana

Deputado Agostinho PTB
Patrús

Deputado Bené PDT
Guedes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Anderson PL
Aduino

Deputado Antônio BDPD
Andrade

Deputado Ailton Vilela PTB

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Márcio BDPD Presidente
Kangussu

Deputado Marcelo PDT Vice-Presidente
Gonçalves

Deputado Edson PT
Rezende

Deputado Elbe PSDB
Brandão

Deputado João Leite PSB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana BDPD

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Elaine PSB
Matozinhos

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Antônio PSDB Vice-Presidente
Carlos Andrada

Deputado José BDPD
Henrique

Deputado João Pinto PTB
Ribeiro

Deputado Dalmo PPB
Ribeiro Silva

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião PFL
Costa

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Jorge Eduardo BDPD
de Oliveira

Deputado Cristiano PTB
Canêdo

Deputado Glycon Terra PPB
Pinto

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Mauro PSB Presidente
Lobo

Deputado Ivair BDPD Vice-Presidente
Nogueira

Deputado Anderson PL
Adauto

Deputado Rêmolo PFL
Aloise

Deputado Dilzon PTB
Melo

Deputado Luiz PPB
Fernando Faria

Deputado Antônio PSDB
Carlos Andrada

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado Antônio BDP
Andrade

Deputado Eduardo PL
Brandão

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Kemil Kumaira PSDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José PL Presidente
Milton

Deputado Fábio PTB Vice-Presidente
Avelar

Deputado Antônio BDP
Andrade

Deputado Miguel PSB
Martini

Deputado Maria PT
José Haueisen

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George PL

Deputado Agostinho PTB
Patrús

Deputado Sávio Souza BDP
Cruz

Deputado João Leite PSB

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PDT Presidente
Batista de Oliveira

Deputado Chico BPDP Vice-Presidente
Rafael

Deputado Jorge BPDP
Eduardo de Oliveira

Deputado Kemil PSDB
Kumaira

Deputado Paulo Piau PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Sávio Souza BPDP
Cruz

Deputado Luiz Menezes BPDP

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dimas BPDP Presidente
Rodrigues

Deputado Agostinho PTB Vice-Presidente
Patrús

Deputado Elaine PSB
Matozinhos

Deputado Antônio BPDP
Genaro

Deputado Amilcar PSDB
Martins

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique BPDP

Deputado Ailton Vilela PTB

Deputado Mauro Lobo PSB

Deputado Irani Barbosa BPDP

Deputado Maria Olívia PSDB

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Cristiano PTB Presidente
Canêdo

Deputado José BDPD Vice-Presidente
Braga

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Cabo PL
Morais

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho PTB
Patrús

Deputado Jorge Eduardo BDPD
de Oliveira

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

Deputado Marco Régis PL

Deputado Edson Rezende PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo PPB Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Edson PT Vice-Presidente
Rezende

Deputado Paulo PL
Pettersen

Deputado Djalma PSDB
Diniz

Deputado Luiz BDPD
Menezes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Adelino de PMN
Carvalho

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Márcio BDPD
Kangussu

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Melo	Dilzon PTB	Presidente
Deputado Pinto	Bilac PFL	Vice-Presidente
Deputado Barbosa	Irani BPDP	
Deputado Pereira	Gil PPB	
Deputado Pinheiro	Dinis PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago	PTB
Deputado Rêmolo Aloise	PFL
Deputado Ivair Nogueira	BPDP
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PPB
Deputado Brandão	Eduardo PL

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIAE COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Olívia	Maria PSDB	Presidente
Deputado Pereira	Gil PPB	Vice-Presidente
Deputado Cunha	Márcio BPDP	
Deputado Pinto	Ambrósio PTB	
Deputado George	Pastor PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elbe Brandão	PSDB
Deputado Luiz Faria	Fernando PPB
Deputado José Braga	BPDP
Deputado Ribeiro	João Pinto PTB
Deputado Marco Régis	PL

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÕES DA MESA

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

DELIBERAÇÕES DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.289/2002

Abre crédito suplementar de R\$9.000.000,00 à dotação orçamentária da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no art. 62, V, da Constituição Estadual, e no art. 9º da Lei n.º 14.169, de 15 de janeiro de 2002, que autoriza a Assembléia Legislativa do Estado de Minas a abrir créditos suplementares ao seu orçamento até o limite de 5% (cinco por cento) das despesas nele fixadas, delibera:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor de R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais) à dotação orçamentária da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na forma do Anexo I desta deliberação.

Art. 2º - Para ocorrer ao disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de anulação de dotação orçamentária, na forma do Anexo II desta deliberação.

Art. 4º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 24 de abril de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

Anexo I

(Art. 1º da Deliberação da Mesa nº/2002)

Suplementação de Dotações Orçamentárias

Classificação Orçamentária	Valor
1.01.1-01.031.101-4.123.0001-3.3.90-10.1	R\$6.500.000,00
1.01.1-01.122.001-2.127.0001-3.3.90-10.1	R\$2.500.000,00
Total da Suplementação	R\$9.000.000,00

Anexo II

(Art. 2º da Deliberação da Mesa nº/2002)

Anulação de Dotação Orçamentária

Classificação Orçamentária	Valor
----------------------------	-------

1.01.1-01.122.001-2.127.0001-4.5.90-10.1	R\$9.000.000,00
Total da Anulação	R\$9.000.000,00

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.292/2002

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do Gabinete do Deputado Miguel Martini, a vigorar a partir de 8/5/2002, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2269, de 27/3/2002, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8horas	AL-39
Auxiliar Técnico Executivo - 8horas	AL-34
Assistente Técnico de Gabinete - 4horas	AL-29
Assistente Técnico de Gabinete - 8horas	AL-29
Supervisor de Gabinete I - 8horas	AL-26
Assistente de Gabinete - 8horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8horas	AL-20
Secretário de Gabinete II - 8horas	AL-20
Auxiliar de Gabinete II - 4horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete - 8horas	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 4horas	AL-12
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8horas	AL-10
Motorista - 8horas	AL-10
Atendente de Gabinete - 4horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 8horas	AL-03

Agente de Serviços de AL-01
Gabinete - 8horas

Agente de Serviços de AL-01
Gabinete - 8horas

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 7 de maio de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 353ª reunião ordinária, EM 8/5/2002

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 3.065/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando ao Presidente do IPSEMG que informe a esta Casa sobre a possibilidade de restituir o excedente da reserva técnica do fundo de pensão dos servidores da autarquia. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 3.078/2002, da Deputada Elbe Brandão, solicitando ao Poder Executivo que se manifeste sobre as receitas previstas no Projeto de Lei nº 1.796/2001, convertido na lei orçamentária, referentes à compensação previdenciária com a União e ao ressarcimento ao DER-MG, tendo em vista que seus valores não são reconhecidos pelo Governo Federal como crédito a favor de nosso Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 3.097/2002, da Comissão de Educação, solicitando à Procuradoria-Geral do Estado o envio a esta Casa do parecer referente às novas normas de aposentadoria do magistério, contidas nos arts. 41 e 42 da Constituição Federal, em face da Emenda Constitucional nº 20/98. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 3.149/2002, da Comissão de Assuntos Municipais, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil o envio a esta Casa da relação das verbas liberadas, a qualquer título, pelas Secretarias e pelos demais órgãos estaduais para o Município de Antônio Carlos, no período de janeiro a dezembro de 2001. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 3.219/2002, do Deputado Hely Tarquínio, solicitando ao Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração informações sobre as normas e prioridades para o pagamento das verbas retidas aos servidores públicos estaduais; a dotação orçamentária destinada para tal finalidade; o valor liberado nesse exercício e o saldo remanescente de obrigações a quitar. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Requerimento nº 3.240/2002, da Comissão de Meio Ambiente, solicitando ao Presidente da CEMIG informações sobre os programas de desenvolvimento de fontes alternativas de energia e de incremento à eficiência energética, nos quais a CEMIG aplicou 1% de sua receita operacional líquida nos anos de 1998 a 2001. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 70, que institui o regime próprio de previdência e assistência social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto à alínea "d" do inciso I e à alínea "c" do inciso II do art. 6º; ao § 3º do art. 8º, ao parágrafo único do art. 50 e ao art. 84; e pela rejeição do veto ao § 1º do art. 75.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 799/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do

Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Turismo opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. A Comissão de Meio Ambiente opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Turismo, com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Turismo, que opina pela rejeição da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e pela aprovação da Subemenda nº 2, que apresenta, à Emenda nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.926/2001, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD-, destinado ao Projeto de Combate à Pobreza Rural da Região Mineira do Nordeste e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinaram por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão do Trabalho, que opina pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3 e pela aprovação da Emenda nº 4, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.024/2002, da Mesa da Assembléia, que altera a redação dos arts. 101 e 102 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, instituindo a Comissão de Segurança Pública. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.083/2002, da Mesa da Assembléia, que aprova o encaminhamento de propostas de emenda à Constituição ao Congresso Nacional, na forma do art. 60, inciso III, da Constituição da República. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2001, do Tribunal de Justiça, que altera anexo da Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a organização e divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça, e 5 a 7, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 552/99, do Deputado Antônio Genaro, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Piumhi. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.598/2001, do Deputado Márcio Cunha, que institui o Programa Minas em Destaque. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.689/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera dispositivos da Lei nº 13.961, de 27/7/2001, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.707/2001, do Deputado Luiz Fernando Faria, que altera o prazo a que se refere a Lei nº 12.995, de 30/7/98, para que os municípios possam manifestar-se sobre a doação ou a reversão dos imóveis que menciona. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.833/2001, do Deputado Ivair Nogueira, que dispõe sobre o Programa Estadual de Inspeção e Manutenção de Emissão de Poluentes e Ruídos produzidos por veículos automotores em uso e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.871/2001, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.998/2002, da Procuradoria-Geral de Justiça, que dispõe sobre os Quadros de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.017/2002, do Deputado Antônio Júlio, que revoga dispositivos da Lei nº 10.848, de 3/8/92, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que menciona. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 129/99, do Deputado Bilac Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jesuânia o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 236/99, do Deputado Doutor Viana, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Curvelo terreno recebido em doação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 498/99, da Comissão de Política Agropecuária, que dispõe sobre as políticas florestal, de proteção à biodiversidade e do uso alternativo do solo no Estado. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 18, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.439/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 37, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.936/2002, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.035/2002, do Deputado João Leite.

Requerimentos nºs 3.260/2002, do Deputado Doutor Viana; 3.281/2002, do Deputado Geraldo Rezende, e 3.298/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 85ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 8/5/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.599/2001, do Deputado Márcio Cunha; 1.878/2001, da Deputada Elbe Brandão, e 2.013/2002, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.031/2002, do Deputado Alberto Pinto Coelho, e 2.033/2002, do Deputado João Leite.

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.959/2002, do Deputado Bené Guedes; 2.019/2002, do Deputado Ivo José; 2.067/2002, do Deputado Djalma Diniz, e 2.079/2002, do Deputado Antônio Andrade.

Requerimentos nºs 3.280/2002, do Deputado Doutor Viana, e 3.296/2002, do Deputado Arlen Santiago.

Finalidade: debater o Projeto de Lei nº 1.886/2001, dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Maria José Haueisen, que institui o Programa Estadual de Apoio Financeiro às Escolas Famílias Agrícolas de Minas Gerais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 82ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10h30min do dia 8/5/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.729/2001, do Deputado Gil Pereira.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.939/2002, do Governador do Estado; 1.948/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.969/2002, do Governador do Estado; 1.990/2002, do Deputado Antônio Júlio.

Em turno único: Mensagem nº 189/2001, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 94ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 8/5/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 45/2001, do Deputado Geraldo Rezende; Projeto de Lei nº 1.865/2001, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposição que dispensa apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.309/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 90ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14h30min do dia 8/5/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 50/2002, do Governador do Estado, e Projeto de Lei nº 2.007/2002, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.295/2002, do Deputado Ambrósio Pinto, e 3.297/2002, dos Deputados Chico Rafael, Márcio Kangussu, José Braga, Rêmoló Aloise, Ambrósio Pinto, João Pinto Ribeiro, Olinto Godinho, Geraldo Rezende, Paulo Pettersen, Luiz Menezes e Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 8 de maio de 2002, destinadas ambas à apreciação do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 70, que institui o regime próprio de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; dos Projetos de Resolução nºs 2.024/2002, da Mesa da Assembléia, que altera a redação dos arts. 101 e 102 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, instituindo a Comissão de Segurança Pública; 2.083/2002, da Mesa da Assembléia, que aprova o encaminhamento de propostas de emenda à Constituição ao Congresso Nacional, na forma do art. 60, inciso III, da Constituição da República; do Projeto de Lei Complementar nº 37/2001, do Tribunal de Justiça, que altera anexo da Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais; dos Projetos de Lei nºs 799/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável no Estado de Minas Gerais; 1.926/2001, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, destinado ao Projeto de Combate à Pobreza Rural da Região Mineira do Nordeste e dá outras providências; 552/99, do Deputado Antônio Genaro, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Piumhi; 1.598/2001, do Deputado Márcio Cunha, que institui o Programa Minas em Destaque; 1.689/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera dispositivos da Lei nº 13.961, de 27/7/2001, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências; 1.707/2001, do Deputado Luiz Fernando Faria, que altera o prazo a que se refere a Lei nº 12.995, de 30/7/98, para que os municípios possam manifestar-se sobre a doação ou a reversão dos imóveis que menciona; 1.833/2001, do Deputado Ivair Nogueira, que dispõe sobre o Programa Estadual de Inspeção e Manutenção de Emissão de Poluentes e Ruídos produzidos por veículos automotores em uso e dá outras providências; 1.871/2001, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista o imóvel que especifica; 1.998/2002, da Procuradoria-Geral de Justiça, que dispõe sobre os Quadros de Pessoal dos Servidores Auxiliares do Ministério Público e dá outras providências; 2.017/2002, do Deputado Antônio Júlio, que revoga dispositivos da Lei nº 10.848, de 3/8/92, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que menciona; 129/99, do Deputado Bilac Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jesuânia o imóvel que especifica; 236/99, do Deputado Doutor Viana, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Curvelo terreno recebido em doação; 498/99, da Comissão de Política Agropecuária, que dispõe sobre as políticas florestal, de proteção à biodiversidade e do uso alternativo do solo no Estado; 1.439/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 7 de maio de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 80/2002

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Luiz Fernando Faria, Antônio Carlos Andrada e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/5/2002, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer para o 1º turno.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2002.

Rêmolo Aloise, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 83/2002

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arlen Santiago, Elbe Brandão, Gil Pereira e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/5/2002, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de tratar de assuntos atinentes à Comissão.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2002.

Elaine Matozinhos, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 86/2002

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Cristiano Canêdo, Hely Tarquínio, Luiz Tadeu Leite e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/5/2002, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar em 1º turno, o parecer do relator.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2002.

Eduardo Brandão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Antônio Andrade, Cristiano Canêdo, Rogério Correia, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/5/2002, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater, com diversos convidados, o Projeto de Lei Complementar nº 41/2001, do Governador do Estado, que trata do Estatuto da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Sala das Comissões, 8 maio de 2002 .

Eduardo Brandão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Saúde, de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Braga, Adelmo Carneiro Leão, Cabo Morais e Carlos Pimenta, membros da Comissão de Saúde; José Milton, Fábio Avelar, Antônio Andrade, Maria José Haueisen e Miguel Martini, membros da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais; João Batista de Oliveira, Chico Rafael, Jorge Eduardo de Oliveira, Kemil Kumaira e Paulo Piau, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para a reunião a ser realizada em 9/5/2002, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater as consequências do uso de agrotóxicos na agricultura e o controle natural de combate às pragas agrícolas no Estado.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2002.

Cristiano Canêdo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Antônio Andrade, Maria José Haueisen e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2002, às 14 horas, no Auditório do Núcleo de Informação para o Agronegócio da EMBRAPA Milho e Sorgo de Sete Lagoas, com a finalidade de debater, em audiência pública, a busca de soluções para a despoluição do rio Jequitibá e seus afluentes.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2002.

José Milton, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, funcionários da Casa, telespectadores da TV Assembléia, alguns assuntos me trazem à tribuna, nesta tarde. Inicialmente, conforme entendimentos com o Deputado Amílcar Martins, parabeno o América Futebol Clube, tradicional equipe de Minas, que está completando 90 anos. Cumprimos a sua diretoria, seus jogadores e seus torcedores espalhados por todo o Estado.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Doutor Viana. Agradeço a gentileza de sua menção. Quero esclarecer que compartilho os votos de cumprimentos pelos 90 anos do glorioso América Futebol Clube, mas tenho orgulho de ter um coração alvinegro batendo neste peito, com muita força. No entanto, somos amigos e companheiros de todos daquele time. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Assim como o meu coração é azul e branco.

Como segundo assunto, trago à reflexão dos nobres pares uma relação de fraudes ocorridas contra o cidadão brasileiro. Como médico, tomei conhecimento de que 37% dos medicamentos que circulam em nosso País não contêm corretamente o que é relatado em sua fórmula. Isso significa que quase 40% dos medicamentos que circulam em nosso País não contêm na sua fórmula o que está indicado ali. Isso é um absurdo. Apesar de existirem, os órgãos de vigilância não funcionam.

E isso é verídico, porque já vivi, na clínica médica, situações semelhantes em que o medicamento foi trocado por similar e não vinha fazendo efeito. Após a mudança, a pessoa começou a se recuperar, a melhorar da doença; prova de que o princípio ativo da substância no medicamento anterior não existia, ou existia percentual insuficiente para reagir contra a doença, não sendo verdadeira, portanto, a informação de que estava contido na fórmula.

Isso é um absurdo. Temos que estar atentos, trazer o problema para o conhecimento da população e ver se os órgãos de investigação estão atentos, cumprindo o seu papel, fiscalizando, porque o cidadão pode estar correndo risco de vida, de perder saúde e, às vezes, pagando caro por medicamento falso, que não contém, na fórmula, o que está descrito.

Então, queremos denunciar desta tribuna e chamar a atenção desses órgãos. Precisamos conhecer os medicamentos e saber quais laboratórios estão enriquecendo ilícitamente, colocando em risco a saúde e a vida do povo do Estado e deste País.

Num terceiro momento, parabeno todo trabalhador brasileiro. Amanhã, dia 1º de maio, comemoraremos mais um Dia do Trabalhador, o qual, sabemos, está a cada dia mais ameaçado e oprimido, vendo ser reduzido seu salário para não ser dispensado do serviço. Isso porque muitas empresas, ao querer reduzir gastos com pagamento, ameaçam o trabalhador, que, às vezes, é obrigado a aceitar redução para não ser despedido. E sabemos que o número de trabalhadores no Estado, no País, nessa situação de subjugação, é muito grande e, na maioria das vezes, eles têm que aceitar a imposição da empresa, da firma, do patrão para não perder o seu emprego, pois o índice de desemprego no nosso País é alto.

A vocês, a nossa solidariedade. Que Deus ajude o trabalhador mineiro e brasileiro a conseguir condições dignas de salário, de vida e de trabalho nos dias de hoje.

Sei que o Deputado Gil Pereira se inscreveu para vir mais uma vez a esta tribuna. Como não tive a oportunidade de apartear-lo e a outros colegas que se manifestaram na semana passada, gostaria de dizer que também estou solidário quanto à questão da Usina de Irapé. Não consigo, em sã consciência, aceitar uma situação dessas.

Vi, em manchete do "Hoje em Dia" do dia 26, que a FEAM pode impedir a construção de Irapé. Depois de tanto trabalho, de tantos projetos, de análises, da busca de parcerias, de empresas do próprio Governo do Estado envolvidas, um órgão que assessorava o próprio Governo se opõe frontalmente à construção de uma usina, de uma hidrelétrica que vai ser a redenção, principalmente, do vale do Jequitinhonha.

Não é possível entender. Espero que tudo isso esteja superado. Estou sabendo do empenho do Governador em buscar, o mais rapidamente possível, a solução para esse impasse. O Governador Itamar Franco já determinou que essas pequenas divergências sejam superadas, para buscarmos, aí sim, o progresso e o desenvolvimento daquela região tão necessitada que está, há muito tempo, abandonada e esquecida por tantos outros Governos passados. Agora, nasce uma luz no fundo do túnel, surge a oportunidade e a esperança de se vislumbrar o seu desenvolvimento, mas está, de um momento para outro, ameaçada a execução desse grande projeto, que será a construção de Irapé.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)* - Acompanho com atenção o vosso pronunciamento, porque é fruto de alguém como V. Exa., conhecedor dos problemas do Norte de Minas e do Jequitinhonha, que tem longa vivência prática como médico da região de Curvelo e Prefeito dessa cidade. Quero fazer coro com o que V. Exa. está dizendo. Estivemos acompanhando pessoalmente, na sessão da câmara da FEAM, a apreciação do parecer contrário à construção da Barragem de Irapé, feito pela FEAM. Nossa preocupação é de que o relatório fosse para que não se desse licença de instalação dessa usina, e, de fato, foi necessária a presença de Deputados, de lideranças, dos Prefeitos e Vereadores. Houve, na sessão, uma luta de algumas pessoas contra a construção da Barragem de Irapé. Uma das partes era formada pelos desalojados, os que estão perdendo suas terras. Havia outros desalojados que concordam com as condições da retirada. Mas, no final - posso afirmar a V. Exa. -, prevaleceu o bom-senso, porque o Ministério Público foi integrado na lide e será feito um termo de ajuste, que garantirá a manutenção dos itens que ainda não foram concretizados, em especial o assentamento dos atingidos. Entre mortos e feridos, salvaram-se todos, e há a garantia e a certeza de que Irapé será construída. Nós, norte-mineiros e habitantes do Jequitinhonha, não podemos admitir, nem por hipótese, que essa obra não venha a ser concretizada, tal sua importância estratégica para nossa região. V. Exa. está de parabéns por levantar esse assunto.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço o aparte do Deputado Luiz Tadeu Leite. Quero juntar-me ao grupo que defende o projeto, porque é inaceitável qualquer mudança estratégica que venha trazer impedimentos para a construção dessa barragem.

O Deputado Marco Régis (em aparte) - Deputado Doutor Viana, quero parabenizá-lo pelos dois temas que traz à baila neste Plenário, a começar pela fraude dos remédios. V. Exa., como profissional da saúde que é, assim como eu, sabe da gravidade que isso representa. Como pode um produto ser liberado, ter uma determinada composição química, que, na prática, é diferente? Isso é fraude que não se justifica, e os organismos de vigilância sanitária deveriam ficar mais atentos.

Quero também falar sobre o problema do parecer contrário levantado em uma das câmaras da Fundação Estadual do Meio Ambiente, sobre o qual opinou o Deputado Luiz Tadeu Leite, que lá esteve. Não compareci àquela reunião porque havia feito veementes críticas e não estava disposto a ir lá ouvir democraticamente as entidades que fariam provocações. Havia até proposto a extinção da FEAM.

Doutor Viana, não vejo como possa um braço do Governo se sobrepor ao Governo. Esse braço precisa ser amputado. Os interesses que nortearam o parecer negativo da FEAM eram de impacto social. Não posso concordar com que uma organização ambientalista coloque impactos sociais acima dos ambientais. Mesmo porque até hoje nenhuma represa construída em Minas teve problemas. Sabemos que há injustiça e

problemas. Há injustiça porque nem sempre as terras férteis inundadas são devidamente recompensadas ou reparadas na sua desapropriação.

Não entendo como há gritaria geral sobre terras péssimas e semidesérticas do vale do Jequitinhonha, já que se sabe que, em represas como a de Nova Ponte, a CEMIG conseguiu reconstruir uma cidade inteira. Isso em tempos modernos, para não falar em Furnas em tempos passados.

Enalteço o pronunciamento de V. Exa. em todos os sentidos e sustento tudo o que já disse até hoje sobre a FEAM.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço o aparte do Deputado Marco Régis.

Teria mais dois temas a tratar, mas o tempo é pequeno. Falaríamos com relação à união das polícias, que, ao em vez de buscarem a segurança do cidadão, estão se defrontando, querendo mostrar quem é mais forte, de quem é a atividade investigatória ou de policiamento ostensivo. Vamos abordar esse assunto em outra oportunidade.

O outro assunto seria a atuação da ADTER nesse convênio cheio de interrogações com a rodoviária de Belo Horizonte.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Gil Pereira - Sr. Presidente, Deputado Wanderley Ávila, Srs. Deputados, imprensa, meus senhores e minhas senhoras que assistem à TV Assembléia, subo à tribuna para falar da nossa Irapé. Na última quarta-feira, falamos, nesta Casa, do conhecimento que tínhamos de que o parecer era 100% contrário à LI da construção da Barragem de Irapé. Naquela ocasião, tivemos apoio de todos os Deputados do vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas. Quero agradecer a todos os companheiros o apoio que deram à Frente Parlamentar Pró-Construção da Usina de Irapé. Naquela dia, dos 77 Deputados da Casa, havia 50 no Plenário, que assinaram a favor da criação dessa Frente. Peço o apoio dos outros 27 Deputados para mostrar que a unanimidade da Assembléia Legislativa quer a construção dessa barragem no vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas, a qual é de suma importância para a região.

Quero relatar o que ocorreu no COPAM, embora o Deputado Luiz Tadeu Leite já tenha falado a respeito. Quero enaltecer as pessoas que lá se encontravam, principalmente os membros do COPAM. A Dra. Yara Landrim Marques, o Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, presidia a Mesa e foi de um equilíbrio enorme, porque havia pressão dos dois lados. A sala de reuniões estava cheia, e a Dra. Yara soube conduzir com mestria os trabalhos. Em nenhum momento pendeu para um lado ou para o outro. Parabêniso a Dra. Yara, que foi muito feliz na condução dos trabalhos, e também o Dr. Júlio César Diniz de Oliveira, que representa parte do Governo, é Diretor de Engenharia do DER-MG, o Dr. Jader Pinto de Campos Figueiredo, Superintendente do IBAMA em Minas Gerais, que sugeriu que o COPAM votasse e aprovasse a LI, ao mesmo tempo colocando o Ministério Público Federal para acompanhar esse termo de ajustamento. Foram quatro votos a um, a Presidente não votou por não haver necessidade. O Dr. Castor CarPELLI Guerra, representante de cientistas, tecnólogos, pesquisadores e pessoas de notório saber, reconhecidamente dedicados à promoção do meio ambiente, também teve papel fundamental. Pessoa muito sensível, a quem parabêniso por suas palavras e por sua voz perante o COPAM. O Dr. Luiz Augusto Barcelos Almeida, representante da CEMIG, e o Dr. Dirceu Carneiro Brandão, representante da Sociedade Mineira de Engenheiros, que se absteve de votar porque tinha feito outra proposta. Falou que confiava tanto na CEMIG, que não havia necessidade de Ministério Público Federal participar. A CEMIG já construiu 33 usinas hidrelétricas e não teve problemas em nenhuma. Não seria essa, a 34ª, a mais importante para nós, que daria problemas.

Nesse mesmo dia, 25 de abril, o Governador Itamar Franco editou decreto no "Minas Gerais" desapropriando mais de 21.000ha de terras.

Chegamos a essa reunião por volta de 9 horas e saímos por volta das 14 horas. Foi uma reunião demorada, como já havia dito. O Deputado Marco Régis foi citado, estavam lá os Deputados Dimas Rodrigues, Luiz Tadeu Leite, Eduardo Hermeto, Alberto Pinto Coelho; o Secretário de Governo Henrique Hargreaves, representando o Governador, que não foi por estar acamado, com forte gripe; nossa Procuradora, Dra. Carmem Lúcia, e o Presidente da CEMIG, Dr. Djalma Moraes. Todos participaram efetivamente para que fosse dado encaminhamento viável a essa obra.

O Deputado Marco Régis (em aparte) - Discutíamos se o parecer da FEAM foi votado em uma das câmaras da FEAM ou se em uma reunião do Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais. Gostaria que V. Exa. desfizesse essa dúvida para todos nós e para os telespectadores.

O segundo aspecto é que tinha a cópia de um parecer que me foi passado por um jornalista, mas queria saber de V. Exa., que esteve na reunião, se o veto era puramente, ou principalmente, quanto à questão de impacto social, de reassentamento, o que não justifica. Como V. Exa. disse, 33 usinas hidrelétricas foram construídas em Minas Gerais e nenhuma delas teve problemas com reassentamento. Justamente nas terras inférteis do Jequitinhonha vamos ter? Nós, que trabalhamos no Jequitinhonha, sabemos da infertilidade das suas terras. A não ser pela injustiça que se pode cometer com as pessoas, de não lhes dar lugar condigno para viver dali para a frente, e a perda de caráter sentimental, não vejo porque a minoria representar prejuízo para milhares e milhares de pessoas.

O Deputado Gil Pereira - Um dos quesitos mais importantes para os técnicos da FEAM, que elaboraram o projeto, era a questão do reassentamento. O Dr. Djalma Moraes e o Dr. Felicíssimo, pessoas que lidam na área, disseram que a CEMIG não poderia comprar as áreas antes da aprovação da FEAM e do COPAM porque, caso não o aprovassem, o que a CEMIG faria com essas terras? A tradição da CEMIG é a de comprar as terras após acordos com a FEAM e o COPAM. Mas o Governador abriu exceção autorizando a compra das terras dos quilombolas e, posteriormente, as que foram desapropriadas. Foi um fato inusitado, havendo apenas um mal-entendido, e a FEAM, que fez um belo trabalho técnico, poderá provar que nem a CEMIG nem a FEAM estavam erradas. Faltou realmente o entrosamento, que, neste mês, com a participação do Ministério Público Federal, ficará esclarecido de uma vez por todas.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Sr. Deputado, embora sejamos colocados como Oposição, acho que, na presente situação, houve bom-senso e, acima de tudo, maturidade para se chegar a um denominador comum. Sinceramente, não vejo crime no equilíbrio do Governador em relação à questão. Deixo registrado, de público, que mesmo sendo Oposição não perco a racionalidade, uma vez que temos de exercer a oposição àquilo que prejudica o Estado. Naquilo que traz benefício, não vejo mal. Parabéns a V.Exa. e ao Sr. Governador por essa atitude.

O Deputado Gil Pereira - Agradeço as palavras de V. Exa., tendo a certeza de que, com seu espírito público, vê Minas Gerais em primeiro lugar. Sua região é privilegiada em relação ao vale do Jequitinhonha e ao Norte de Minas, o que não o impede de reconhecer a importância da questão. Nosso reconhecimento ao Governador Itamar Franco, que, no mesmo dia, passou um fax, tendo a seu lado a Procuradora, Sra. Carmem Lúcia, que me ligou falando de sua gratidão para com esta Assembléia pelo apoio dos Deputados. O fax foi-me remetido às 16h26min, 2 horas após o término da reunião. Procederei à leitura do fax enviado pelo Governador ao Presidente da CEMIG, Djalma Bastos de Moraes. (- LÊ:)

"Palácio das Mangabeiras. Gabinete do Governador. Belo Horizonte, 26 de abril de 2002. Ofício 180/2002. Senhor Presidente, tendo em vista os mais altos interesses de Minas Gerais, notadamente os relacionados ao desenvolvimento do vale do Jequitinhonha, ao nosso compromisso de campanha de atuar na redução das desigualdades sociais no Estado, ao fato de termos removido ontem, com a desapropriação necessária ao assentamento de 754 famílias residentes na área afetada, a questão social relativa ao empreendimento, e a decisão da FEAM, de hoje, de

liberar a licença necessária, determinamos a V.Sa. o início imediato das obras de construção da Usina de Irapé, repassando imediatamente, à empreiteira vencedora do processo licitatório, o cumprimento desta determinação. Itamar Franco, Governador do Estado".

Como disse o próprio Governador, esta é a carta de alforria do vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas. Estamos em festa, a partir de sexta-feira, comemorando essa grande obra, que, sem dúvida, é a redenção do vale do Jequitinhonha, que deixará de ser chamado de vale da pobreza e da miséria, no Brasil e até mesmo no exterior. O Deputado Federal Odelmo lá esteve, fez belo relato. Parece-nos que todos queriam a mesma coisa, faltando, apenas, esse entendimento que ora é feito pela CEMIG, juntamente com o Ministério Público Federal.

Agradeço ao Governador Itamar Franco. Entre todas as obras efetivas realizadas na atual gestão, cremos ser essa a mais importante, a da Barragem de Irapé.

A Barragem de Irapé vai revitalizar o rio Jequitinhonha, sem riscos de enchentes, pois haverá irrigação à sua beira, para produzir frutas, aproveitando o sol forte. O turismo vai ganhar a infra-estrutura adequada, como asfalto, e poderemos aproveitar todas aquelas cidades com suas belas paisagens.

Há um pólo moveleiro com mais de 100.000ha de pinhos e eucaliptos, que, segundo informações, é o maior do mundo e gerará mais de 1 milhão de divisas. A hidrelétrica vai gerar energia, na era do apagão, para abastecer cidade que tenha até 1 milhão de habitantes.

Essa é uma obra de fundamental importância, e quero parabenizar a FEAM, o COPAM, por seu discernimento, e a CEMIG, na pessoa do Dr. Djalma Moraes, que apresentou determinação, assim como o Governador Itamar Franco, em resgatar esse grande compromisso feito durante a campanha, no sentido de garantir a equidade das regiões.

O Deputado Marco Régis (em aparte) - Deputado Gil Pereira, agradeço, mais uma vez, por permitir interrompê-lo e quero parabenizá-lo, pois V. Exa. desencadeou aqui, na terça-feira, quando estávamos em Capitólio, em pré-etape do Seminário Águas de Minas, uma ampla reação contra o parecer da FEAM e em defesa da construção de Irapé.

Estranho o fato de o Ministério Público colocar seu dedo em tudo neste País, chegando a obrigar partes a assinarem termos de ajuste prévio. Como democrata que respeita a harmonia dos Poderes, queria saber até que ponto o Ministério Público pode fazer termos de ajuste, freqüentemente, em todas as áreas e assuntos e obrigar partes a assiná-los.

Revoltado, quero me posicionar contrariamente à atitude do Ministério Público, pois esse papel cabe ao Poder Judiciário.

O Deputado Gil Pereira - Na verdade, a proposta foi do Dr. Jader Pinto de Campos Figueiredo, Superintendente do IBAMA, e outros quatro companheiros que fazem parte do COPAM votaram com ele. A proposta do Dr. Dirceu foi a de que o Ministério Público não participasse. Porém, a CEMIG concordou prontamente, assim como os membros do COPAM e todos os participantes da reunião.

Enfim, estão de parabéns o povo do Jequitinhonha, os Prefeitos, as lideranças, os Vereadores e os Deputados representantes da região. Quero, mais uma vez, agradecer, de público, aos que assinaram a Frente Parlamentar Pró-Construção da Usina de Irapé e dizer que a vitória é da Assembléia e do Governador Itamar Franco, a quem Minas Gerais vai ter sempre gratidão por essa obra. O Brasil e Minas reconhecem que S. Exa. promoveu a equidade que o Estado merecia, valorizando o vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste ano, a CNBB comemora seus 50 anos de existência. Fundada em 14/10/52, vem produzindo as diretrizes da Igreja Católica no Brasil, dirigindo-a e estabelecendo os rumos, o ritmo e os preceitos a serem desenvolvidos por toda a comunidade católica do nosso País. E, na comemoração desses 50 anos, a CNBB realizou a sua 40ª Assembléia Geral, em Itaici, entre 10 e 19 de abril.

Nessa assembléia, a CNBB acaba de eleger a miséria e a fome no Brasil como ponto principal e como reflexão mais profunda, buscando alternativas e normas de conduta, levando os Governos Federal, Estaduais e municipais a somarem-se a esse esforço, buscando minimizar as graves conseqüências da fome e da miséria em nosso Brasil. Tive a honra de receber das mãos do Arcebispo D. Geraldo Magela de Castro, da Arquidiocese de Montes Claros, o documento denominado "Exigências Evangélicas e Éticas de Superação da Miséria e da Fome". Trata-se de documento-síntese das discussões em Itaici. A CNBB questiona seriamente a miséria e a fome em nosso País e busca encaminhar soluções e sugestões concretas para que o Brasil, seguindo tal caminho, possa reduzir seus alarmantes índices de fome e de miséria.

Gostaria, mas não tenho condições de fazer a leitura de todo o documento, pois é composto por 10 páginas. Porém, tentei pinçar alguns pontos fundamentais, para que a comunidade católica mineira e brasileira, que nos acompanha pela TV Assembléia, tome conhecimento, e para que esse documento se torne parte dos anais desta Casa, como prova de solidariedade deste Legislativo a suas normas. Inicialmente, esse documento mostra os desafios prementes do início do milênio: (- Lê:)

"O século XX deixa como herança guerras e genocídios, produção de armas de enorme poder, explosão de bombas atômicas e destruição de cidades. Milhares de vítimas da miséria e da fome permanecem como marcas da violência, da injustiça e dos desmandos morais, que não devemos esquecer, para que nunca mais se repitam. As desigualdades sociais aumentam como fruto da globalização do mercado, que concentra poder e riqueza, enquanto faz diminuir os postos de trabalho na indústria e no campo, degrada a natureza, causa desastres ecológicos e multiplica a cada dia o número dos excluídos, condenando-os ao êxodo, ao exílio e à deterioração física e psíquica, até mesmo à perda precoce da vida. Flagelo atroz é a fome e a desnutrição, que atingem especialmente as crianças nos primeiros anos de vida, prejudicando-as em seu desenvolvimento. A nossa geração defronta-se com um processo de degradação da dignidade humana, de ofuscamento de valores morais nas vivências conjugal e familiar e de corrupção da vida política e econômica. A subestimação dos parâmetros éticos aparece em experimentos científicos e genéticos, principalmente na área da Biologia, que, muitas vezes, desprezam a dignidade da vida humana, que deve ser respeitada desde a concepção até o seu ocaso natural."

Mais à frente, o documento reza. (-Lê:)

"Por serem a fome e a desnutrição a dimensão mais pungente e visível da miséria, devem ser o primeiro alvo de cooperação internacional e do mutirão que propomos. Além da fome, outras manifestações de miséria precisam ser denunciadas e enfrentadas, como a precariedade na distribuição e no tratamento da água, no saneamento básico, na educação, na habitação, no vestuário, no atendimento médico, até atingirmos um patamar aceitável de vida digna para todas as pessoas, visando ao atendimento de todos os seus direitos humanos indivisíveis."

A partir daí, Sr. Presidente, o documento da CNBB mostra o quadro crítico do drama da fome no Brasil. (- Lê:)

"A iniquidade do sistema consiste em conferir prioridade ao mercado, ao lucro e ao capital financeiro, em vez de reconhecer e de promover, em primeiro lugar, a dignidade da pessoa e o acesso dos pobres a níveis condignos de alimentação, trabalho, moradia, saúde, educação e lazer.

A acumulação de bens ostentada pelos meios de comunicação, especialmente pela televisão, cria e reforça no inconsciente coletivo a mentalidade de que o dinheiro é que traz felicidade, mesmo atropelando valores morais. Essa concepção falaciosa, como um vírus, pervaga não só a população rica, mas cria nos pobres o sonho de ascender a uma sociedade opulenta, imitando os padrões de consumo da minoria enriquecida."

Um outro tópico do discurso da CNBB, transformado em documento, convoca-nos para uma mudança de mentalidade como questão básica. (- Lê:)

"É inadmissível o contraste entre a situação de miséria e degradação do povo sofrido, refugiado nas favelas, cortiços e periferias das cidades - que chega a recorrer a prostituição e até ao tráfico de drogas para sobreviver -, e o luxo e a sofisticação dos condomínios fechados, construções suntuosas, desperdício de riquezas, sem consideração pela miséria envolvente. O mais triste para a consciência cristã é o fato de que a escandalosa desigualdade acontece, infelizmente, pela falta de testemunho evangélico de vida, criando ofuscamento da consciência, frieza e alienação diante do sofrimento humano e descrédito para o anúncio da Boa-Nova.

A injustiça social assume proporções de ofensa a Deus, que nos criou à sua imagem e semelhança. O resgate da dignidade dos pobres não pode limitar-se à assistência emergencial, mas exige a transformação da sociedade e da economia numa nova ordem, voltada para o bem comum. É nesse espírito de conversão pessoal e comunitária que a CNBB conclama a todos para que, quanto antes, possa-se vencer a mentalidade de apego aos bens materiais e ao consumismo e alcançar a superação da miséria."

A partir deste ponto, o documento da CNBB traz trechos de exigências evangélicas e mostra que também no evangelho existem pontos importantes em que se procura resgatar a dignidade do ser humano e espantar a miséria. Nas exigências éticas. (- Lê:)

"Ninguém deveria sentir-se ameaçado de cair na miséria e nem de passar fome. A segurança alimentar implica quantidade, qualidade, permanência e adequação dos alimentos aos hábitos culturais. O alimento não seja tratado como uma mercadoria entre outras que são produzidas e acumuladas segundo o interesse do seu possuidor. Enquanto o ser humano estiver passando fome, é imoral estocar alimentos para garantir lucros especulativos. Cabe a justa intervenção e regulação do Estado para que o desenvolvimento não venha a produzir novas formas de miséria e fome.

A dignidade da pessoa humana exige, naturalmente, o aspecto social, que começa na família. Ter moradia decente, alimentar-se em torno da mesa familiar é um direito, porque ali são criados os alicerces da vida social. As refeições em família são oportunidade excelente de consolidação de laços sociais internos e de sua extensão a outras pessoas que, participando da mesma mesa, agregam-se àquele núcleo humano. A prática da comensalidade, revestida de valor religioso, explicitado na ação de graças e bênçãos, deve ser incentivada, e devem ser asseguradas as condições para a sua regularidade."

Nesse sentido, afirma o documento.(- Lê:)

"Afirmamos a atualidade e a pertinência da oposição entre terra de trabalho e terra de negócio. Invocamos a urgência da reforma agrária e de uma política agrícola como meios para a redistribuição de terra e para o desenvolvimento da agricultura familiar e de cooperativas. Condenamos a proposta de mercantilização das águas. Recomendamos uma política pública de distribuição de sementes e difusão de tecnologias adequadas, contra todo monopólio de patentes na área alimentar.

Esse direito universal à segurança alimentar, invocado no art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, encontra todo o respaldo na doutrina social da Igreja.

Mais à frente, são formuladas propostas concretas. Gostaríamos de lê-las, para que fiquem como documento nesta Casa. (- Lê:)

"Propostas concretas.

1 - Nas dioceses e nos diversos níveis de organização, sejam convocadas pessoas da própria comunidade eclesial, a fim de formar grupos que assumam o Mutirão Nacional de Superação da Miséria e da Fome. Aproveite-se a experiência dos grupos existentes, especialmente das equipes de pastoral social, auxiliando-os, à luz do Evangelho, a dar testemunho de novos valores e hábitos, renunciando ao consumismo, evitando o desperdício e promovendo a sobriedade em prol de uma vida simples e frugal.

2 - Desenvolva-se um processo educativo no sentido de formação e informação especializadas sobre direitos e deveres individuais e sociais, como importante exercício pedagógico a ser realizado pelas igrejas e movimentos sociais.

Compete aos grupos do Mutirão Nacional: identificar as necessidades da população do município e estabelecer metas claras a partir de indicadores e análises cientificamente fundamentados por sociólogos e economistas, aproveitando-se da ajuda de universidades; acompanhar criticamente a composição e atuação dos Conselhos Paritários e de Direitos (de saúde, da criança e do adolescente, da educação e de assistência social), valorizando-os; priorizar o acompanhamento nutricional de gestantes e crianças até 6 anos e urgir o efetivo funcionamento do Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional; garantir a gratuidade do registro de nascimento para todas as pessoas, conforme a lei; preparar pessoas para a função de multiplicadores, evitando a manipulação de políticos; formar lideranças para o efetivo exercício da cidadania; motivar adolescentes e jovens para que se insiram nos diversos grupos, oferecendo acompanhamento e possibilitando-lhes o exercício do voluntariado; articular-se em âmbito municipal e estadual, em integração com o Mutirão Nacional".

E a conclusão do documento, entre aspas: "Dai-lhes vós mesmos de comer". Um dos primeiros sinais de efetiva evangelização, no início deste milênio, será a eliminação da fome decorrente da miséria, em nosso País. Em espírito de conversão, a CNBB convoca todos para um mutirão nacional pela superação da miséria e da fome, como resposta ao imperativo do Evangelho: "Dai-lhes vós mesmos de comer".

Para vencer tamanho desafio, associando-nos a todas as pessoas de boa-vontade da Igreja Católica, de outras igrejas cristãs e grupos religiosos, movimentos populares, sindicatos, instituições e poderes públicos, imploramos as bênçãos de Deus e a proteção de Maria.

Irei requerer, na hora oportuna, que esse documento seja inscrito nos anais desta Casa, como norma de orientação aos católicos de Minas. Devemos seguir as normas desse documento desafiador, que é um "tapa na cara" do Governo brasileiro, porque mostra que os governos dos últimos anos deveriam ter feito muito mais para reduzir o âmbito dessa verdadeira chaga social que é a fome e a miséria no Brasil.

Quero agradecer, finalmente, à CNBB, na pessoa do Arcebispo D. Geraldo Magela de Castro, que nos entregou este documento para que fizéssemos sua divulgação para toda a comunidade católica mineira. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 7/5/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.269, 2.292, de 2002, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Miguel Martini

exonerando Alessandra Maria Arci do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando Maria Goretti Perdigão Pereira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 4 horas;

exonerando Walter Isidoro Júnior do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Alessandra Maria Arci para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Guilherme de Abreu Barros para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Maria Goretti Perdigão Pereira para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 4 horas;

nomeando Waldeyr Dantas de Tolentino para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Waldeyr Dantas de Tolentino do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Partido Socialista Brasileiro;

nomeando Walter Isidoro Júnior do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Partido Socialista Brasileiro.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Érika Fam Batista para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2002

CONVITE Nº 11/2002

Objeto: contratação, pelo período de 12 meses, de serviços de manutenções preventiva e corretiva de equipamentos gráficos. Licitante vencedora: Tipomagraf Indústria de Máquinas Gráficas Ltda.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 020/2002

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2002

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, em virtude de alterações no respectivo edital, fica desconvocada a reunião de abertura dos envelopes referente à Tomada de Preços nº 006/2002, inicialmente marcada para as 09:30 horas do dia 08 de maio de 2002, devendo a nova data ser comunicada oportunamente.

Belo Horizonte, 7 de maio de 2002.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: João Paulo Pires Vasconcelos. Objeto: prestação de serviços de consultoria e assessoria. Objeto deste aditamento: prorrogação. Dotação orçamentária: 01.031.101.4-123.0001 33903500. Vigência: 60 dias ou até o término das atividades da CPI das Carvoarias, o que ocorrer primeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2001

TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2001

Data de julgamento da habilitação: 6/5/2002.

Objeto: contratação de empresa para a execução de serviços de adaptação de instalações, consertos, reparação e manutenção predial das dependências do Palácio da Inconfidência e seus anexos.

Licitantes habilitadas: EMAC - Engenharia de Manutenção Ltda., Resulta Engenharia Ltda., Resulta Engenharia Ltda., Construtora Torquete Gonçalves Ltda., Sudoeste Serviços Gerais Ltda., Edenge Empresa de Engenharia Ltda., ENGECOM - Engenharia e Comércio Ltda. e Araújo Abreu Engenharia S.A.

Licitantes inabilitadas: Carmo Construtora Ltda. (subitem 2.1.11); Construtora Pizzane Ltda. (subitens 2.1.11 e 2.1.13.2); Cetest Minas Engenharia e Serviços S.A (subitem 2.1.13.1); ADR Engenharia Ltda. (subitem 2.1.11); Sidecon Engenharia e Construções Ltda. (subitem 2.1.11); Tech Engenharia Ltda. (subitens 2.1.11 e 2.1.13.1); Orla Engenharia e Construções Ltda. (subitem 2.1.11); Nyasa Engenharia Ltda. (subitens 2.1.8.1 e 2.1.11); Celta Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (subitens 2.1.11, 2.1.13.1 e 2.2); Tese Engenharia Ltda. (subitens 2.1.11, 2.1.13.1 e 2.2); Copermil Construtora Ltda. (subitem 2.1.11); Engeop Empreendimentos Gerais de Obras Ltda. (subitens 2.1.11 e 2.1.13.1); Engemape Engenharia e Empreendimentos Ltda. (subitem 2.1.11); Vitelco Engenharia S.A. (subitens 2.1.10 e 2.1.11) e PRH Monteiro Guerra Engenharia Ltda. (subitem 2.1.11 do edital).

Belo Horizonte, 7 de maio de 2002.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Especial de Licitação.

ERRATA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Na publicação do edital em epígrafe, verificada na edição de 7/5/2002, na pág. 18, col. 2, onde se lê:

"e apreciar a matéria constante na pauta.", leia-se:

"e apreciar, em turno único, o Requerimento nº 3.299/2002, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social."